

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	- 8. NOV 1974	COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

O lançamento duma campanha nacional de esclarecimento sobre o controlo de natalidade — sugerido numa reunião promovida pelo P. S.

A urgente necessidade de uma ampla campanha de esclarecimento sobre o controlo da natalidade, foi ontem, à noite, apontada no decorrer de uma mesa-redonda, promovida pelo Partido Socialista, e orientada pelo médico Carlos Lima das Neves, bispo anglicano Luís Rodrigues Pereira, dr. Carlos Garrido, e mulher, Teresa Garrido, e dr. Augusto Tito de Moraes.

Durante o colóquio, convocado sob o tema «planeamento familiar e controlo da fertilidade», foram referidos vários inconvenientes resultantes da falta de educação dos casais no sentido de controlarem o número de filhos. A elevada mortalidade de mulheres provocada por abortos praticados em condições inconcebíveis e o excessivo número de filhos em famílias de fracos recursos económicos foram dois aspectos apontados por Teresa Garrido, que, além da campanha de esclarecimento, sugeria que se desenvolvessem esforços tendentes à legalização do aborto.

O bispo anglicano, que tem quatro filhos e considera que as crianças contribuem para acrescentar felicidade ao matrimónio e, d. um modo geral, para assegurar a sua estabilidade, manifestou-se, como cristão, contrário ao aborto, não deixando, no entanto, de referir que a Igreja só

tem autoridade para o combate quando condena abertamente a guerra, a pena de morte e outros males que afligem a vida. Quanto à selecção de métodos anticoncepcionais, é seu parecer — como, aliás, da maioria dos presentes — que ela deve fazer-se aconselhada por pessoas elucidadas e que conheçam as características da mulher. O médico é, em regra, a pessoa mais indicada.

O dr. Tito de Moraes, que considera a necessidade de controlar os nascimentos mais sob o ponto de vista de saúde e bem-estar do que por meio da explosão demográfica, acentuou que é importante que haja pelo menos um intervalo de dois ou três anos entre o nascimento de dois filhos, não só para a recuperação fisiológica e psicológica da mãe como também para evitar traumas na primeira das duas crianças, para quem a mulher, instintivamente, perderá alguma atenção em favor do futuro

filho. Quanto à questão da superpopulação do Globo, que, segundo previsões dignas de crédito, albergará no ano 2020 cerca de seis milhões de milhões de pessoas (sensivelmente o dobro das agora existentes), o médico não se mostrou preocupado, pois acredita que, até lá, novos espaços serão explorados. E citou o mar como um dos futuros recursos.

Um brasileiro da assembleia (pouco mais de quarenta pessoas) frisou a necessidade de, ao fazer-se uma campanha de esclarecimento junto das classes menos assistidas, se tentar, simultaneamente, resolver-lhes o problema económico, porque, para muita gente, os filhos funcionam ainda como que um seguro social, uma garantia de trabalho num futuro próximo.

Falando-se das contra-indicações dos contraceptivos, ficou bem clara a ideia de que elas não são tão poucas quanto dizem os comerciantes interessados na sua venda, nem tantas quantas nomeiam, por escrupulos de ordem moral, pessoas afectas à Igreja. Os contraceptivos orais (a pílula) foram considerados os mais eficientes, embora a sua utilização não deva ser constante. Mas, para determinadas pessoas, será de aconselhar contraceptivos de aplicação local, de eficiência também comprovada. Ninguém melhor do que a própria mulher, em combinação com o marido e sob o conselho médico ou de pessoa esclarecida, poderá decidir mais convenientemente.

Uma mulher da assistência protestou contra o facto de normalmente se omitirem referências às pílulas para homens e à vasectomia masculina, o que a seu ver, é sintoma da escravidão a que a mulher ainda é votada.

Divagando, ainda sobre o aborto, surgiram duas afirmações dignas de registo: na Inglaterra, o aborto diminuiu consideravelmente após a sua legalização, sob o ponto de vista moral, o problema pode ser encarado considerando o feto como uma parte do corpo da mulher, de que ela, por direito inalienável, pode dispor.